

O QUE É “SER DE ESQUERDA”?

DEBATE NA “CARTA MAIOR”

Não se trata de receita de bolo, não pretendemos apresentar aqui um programa, mas o mínimo que se espera de uma esquerda hoje é lutar pelos direitos de primeira geração - os direitos liberais, pelos direitos de segunda geração - os direitos sociais, e pelos direitos de terceira geração - os direitos difusos e coletivos.

A fim de estimular o debate junto a seus colaboradores, sobre questões básicas do exercício político, Carta Maior inaugura mais um espaço, através da Editoria de Debates Maior. Farão parte desse esforço de discussão política temas como: o que é ser de esquerda; o que é ser de direita; o que é ser liberal; o que é ser neoliberal; o que é ser marxista; o que ser socialista; o que é ser comunista; o que é ser fascista; o que é ser capitalista, etc.

Os autores convidados poderão propor outros temas e deverão apresentar seus textos nas datas que forem definidas pela direção da Carta Maior.

Os textos poderão conter até 6.000 caracteres e convidados do exterior farão suas apresentações nas respectivas línguas, cabendo à Carta Maior providenciar a tradução dos textos que forem escritos em inglês, francês e espanhol.

1º Tema: O QUE É SER DE ESQUERDA?

Autores dos textos base: Os documentos de discussão que orientarão os debates foram produzidos pelos Professores Reginaldo Moraes e Fernando Nogueira da Costa.

Prazo de vigência do debate: Prazo final para apresentação de textos de debatedores para este primeiro tema, será dia 5 de março de 2019.

∴ Para ler todos os textos deste debate, acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

01.

SER DE ESQUERDA, HOJE. FAZ SENTIDO? QUAL?

Por Reginaldo Moraes

10/02/2019 11:06

Ao longo deste ano, quando completa 18 anos de atividades, Carta Maior presenteará seus leitores fomentando uma série de debates, junto a seus colaboradores, sobre questões básicas do exercício político. Frente a tamanha ignorância e ao permanente ataque das fake news, criamos a editoria Debate Maior que abordará conceitos como esquerda, direita, progressismo, liberalismo, entre outros, esclarecendo temas muito ditos, mas pouco debatidos.

E, como não poderia deixar de ser, nossa primeira questão em debate é: o que é ser de esquerda? Acompanhe a análise de Reginaldo Moraes (Unicamp):

Não, não vou, não pretendo nem sei cozinhar uma fórmula para produzir a boa esquerda. Na verdade, já ajudei a produzir alguma coisa boa e muita coisa ruim nesse terreno, mas não é hora de fazer tal balanço do passado, embora ele esteja nos alicerces destas impressões sobre o futuro imediato.

Começo com uma curiosidade. Uma editora inglesa bastante conhecida publicou recentemente uma Enciclopédia de Política, com um volume dedicado especialmente ao binômio Esquerda e Direita.

O livro oferece, logo no começo, duas listas de nomes, para cada um desses rótulos. A lista da direita é bem menor – e acho que haveria pouca dúvida a respeito da pertinência. Todo mundo ali, creio, preferiria mesmo ser enquadrado naquele hemisfério e não no outro.

A lista da esquerda é duas vezes maior – o que já seria estranho, porque aparentemente a esquerda é minoria desde o começo dos tempos em que essa divisão se criou. Meu amigo

mineiro Bruno Reis tem uma perola a esse respeito: a esquerda é sempre time visitante, joga no campo adversário. E como tal, a esquerda está em minoria nos que entram no estádio.

Mas a lista da esquerda não é apenas maior – ela certamente suscita espantos para muitos. Entre os “esquerdistas” estão nomes como Harry Truman, por exemplo. Entre muitos outros estranhos no ninho. Gente que, aposto, gostaria de ser excluído desse time.

Ser de esquerda é algo assim tão indefinido ou abrangente? Parece que é.

Já houve época em que esquerda era identificada com socialismo, comunismo, uma forma de organizar o sistema produtivo e a sociedade sem a propriedade privada dos meios de produção. A esquerda era “focada na classe operária” e sonhava ser, também, “enraizada na classe operária”. São coisas diferentes - e essa diferença nos assombrou e ainda assombra. A classe operária não se constituiu como referência porque fosse maioria no conjunto da população recenseada – não era. Era referência da esquerda por conta do potencial de futuro que se lhe atribuía. O soviético (poder legislativo e executivo da sociedade revolucionada) opunha-se ao parlamento a partir de uma espécie de ampliação adaptativa: uma transposição, para a escala do país, do modelo de controle operário imaginado para a grande fábrica.

Acontece, porém, que a esquerda, na história, sempre foi mais do que socialismo, estrito senso. Esteve, por exemplo, nas revoltas cartistas que reivindicavam direitos políticos para os trabalhadores, nas lutas que pretendiam reformar a jornada de trabalho ou a educação pública, que pretendiam ampliar os direitos civis dos negros e das mulheres, dos povos colonizados – para citar apenas algumas dos muitos embates políticos em que a humanidade se viu envolvida nestes dois séculos e pouco de capitalismo industrial. O grande abraço dos fracos e oprimidos.

Em grande medida, a esquerda capitaneou o movimento que civilizou o capital e lhe impôs os bons modos que o moinho satânico do mercado recusava com unhas e dentes. E para isso a

esquerda precisou abrigar diferentes vozes e vontades. Foi esse o segredo dos momentos em que ela esteve próxima do que se chama de hegemonia, da capacidade de modelar um novo sistema de senso comum.

Por isso, a lista da enciclopédia precisava mesmo ser grande e aparentemente disforme. Incorporava um economista liberal como Stuart Mill, simpatizante das cooperativas e sindicatos, defensor dos direitos da mulher. A esquerda pode incorporar nessa lista um aristocrata como Keynes – que, por outro lado, explicitamente afirmava que jamais estaria no partido do proletariado, porque pertencia ao mundo elegante da Inglaterra.

Nos tempos em que estamos – e não são nada claros – ser de esquerda é uma sinuca: requer muita “dureza” mas, também, muita cintura. O diabo é descobrir como ter princípios sem ser principista, como ser pragmático sem ser oportunista. Não tem receita, não tem algoritmo para solucionar.

Se tudo isso faz sentido, em primeiro lugar, ser de esquerda é ter uma atitude. Parece pouco, mas não é. Volto à frase do Bruno Reis. A esquerda é time visitante, joga no campo do adversário, tem que saber disso. Sua torcida é minoritária dentro do estádio, ainda que ela tenha muito mais gente “lá do lado de fora” da bilheteria.

Jogar como time visitante é catimbar o adversário e irritar sua torcida. Se percebemos que não é isso que está acontecendo, melhor desconfiar. Essa esquerda pode estar fazendo o jogo conveniente para os homi. Nesse caso, ela é o visitante ideal para os donos do campo. Pode usar o escracho que quiser: a esquerda bibelô, a esquerda pet, a esquerda mascote, a esquerda que a direita gosta. Mas, de fato, deixou de ser esquerda, mesmo que não se dê conta.

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

02.

O QUE É SER DE ESQUERDA HOJE?
O QUE FAZER AQUI-E-AGORA?

Por Fernando Nogueira da Costa

10/02/2019 11:16

Ao longo deste ano, quando completa 18 anos de atividades, Carta Maior presenteará seus leitores fomentando uma série de debates, junto a seus colaboradores, sobre questões básicas do exercício político. Frente a tamanha ignorância e ao permanente ataque das fake news, criamos a editoria Debate Maior que abordará conceitos como esquerda, direita, progressismo, liberalismo, entre outros, esclarecendo temas muito ditos, mas pouco debatidos.

E, como não poderia deixar de ser, nossa primeira questão em debate é: o que é ser de esquerda? Acompanhe a análise do economista Fernando Nogueira da Costa:

Em país onde não há um sistema bipartidário, cada qual contendo diversas tendências, mas sim um sistema partidário muito fragmentado – e nem sempre por razões ideológicas, mas por interesses programáticos ou personalistas –, em geral, há um segundo turno eleitoral para a escolha de mandatários de cargos majoritários. Aí, então, ocorre forçosamente uma polarização binária entre “direita” e “esquerda”.

Na última eleição brasileira, seja pela incapacidade de aliar-se, seja pela necessidade de renovar-se com novas lideranças populares, a esquerda foi derrotada pela predominância do chamado “antipetismo” após três mandatos – e um golpe. Uma reação equivocada de cada ala seria buscar se distinguir mais

ainda em uma autofagia com o auto isolamento partidário. Depois do filtro, terminaria tão “puro”, ideologicamente, quanto pode ser só um indivíduo.

A distinção política entre “direita” e “esquerda”, argumentava Norberto Bobbio, em meados dos anos 90, continuava a servir como pontos de referência indispensáveis. Partia da constatação de os homens, por um lado, serem todos iguais entre si. De outro, cada indivíduo é diferente dos demais. “Quem considera mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum capaz de os unir, em uma coletividade, está na margem esquerda – e pode ser corretamente chamado de igualitário. Quem acha relevante, para a melhor convivência, a diversidade e/ou a competitividade, está na margem direita e, em geral, defende a meritocracia benéfica a si e seus pares”.

O reducionismo faz a seguinte distinção. São de esquerda as pessoas interessadas pela eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na convicção de as desigualdades serem naturais e, enquanto tal, não são elimináveis.

O que há de comum, naturalmente, entre os diversos seres humanos? Todos têm os quatro instintos básicos: de sobrevivência, sexual de reprodução, de competição e de proteção. Talvez se pudesse deduzir: indivíduos com o instinto de competição exacerbado, como os caçadores, guerreiros e coletores do passado e os mercadores do presente, tendem para a direita. Por sua vez, indivíduos com o instinto de proteção social pronunciado, antes pastores e agricultores comunitários, teriam em sua herança genética uma tendência de se colocarem à esquerda. Entretanto, estes tiveram de aprender a guerrear em defesa contra aqueles predadores ou conquistadores. Mas a troca de mercadorias sempre existiu entre comunidades cooperativas pacíficas.

Dando um salto do DNA à Revolução Francesa, a distinção política passou a ser entre um partido da conservação e um partido da revolução. A questão entre eles era sobre as

prerrogativas do regime monarquista-constitucionalista ou um republicanismo revolucionário. A República é vista como soberania popular impessoal: uma forma de governo na qual o chefe do Estado é eleito pelo povo através do voto livre e secreto ou por seus representantes, tendo seu governo uma duração limitada.

Os conservadores acabam a aceitando ao se colocarem a questão entre a revolução ou a reforma. A objeção do conservador Edmund Burke à revolução se baseia em seu horror à perspectiva de abandonar tudo arduamente conseguido em séculos de lentas e incrementais melhorias e mudanças. Thomas Paine, progressista, objeta à vagarosa mudança reformista porque, em sua opinião, ela fortalece o despotismo e é causada mais pelo desejo de sustentar a iniquidade em vez do desejo de enfrentar a injustiça.

Fica uma contradição no lema da República: liberdade, igualdade e fraternidade não constituem, em simultâneo, uma trindade impossível? O amor dedicado dos pais a seus filhos (paternidade) não torna impossível a sociedade ser, ao mesmo tempo, justa, livre e igualitária? Se é justa, as pessoas com maior esforço acumularão mais dinheiro e propriedades. Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária e justa, porque alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam! Simplesmente, pela “sorte do berço”!

Buscando o comum capaz de unir os seres humanos, quem tende a ser mais igualitário, enfatiza a “igualdade de resultados” ao defender, em uma sociedade justa, não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. Opta pela tributação progressiva da riqueza, inclusive a transmissão de herança. Retira o maior incentivo ao enriquecimento.

O liberalismo clássico, de origem iluminista, coloca mais ênfase na justiça social sob forma de “igualdade de oportunidades”. Se as pessoas partirem de igualdade de

condições educacionais básicas para subir na escala social, inclusive através de política social compensatória do “azar do berço”, os liberais acreditam uma sociedade com grande diferença de renda ou riqueza ainda pode ser justa.

Defendem a competição e a meritocracia contra o nepotismo, o corporativismo, o patrimonialismo e o clientelismo. Estes vícios públicos corrompem as virtudes privadas da democracia republicana. A esquerda necessita criar um consenso com a direita a respeito da impessoalidade exigente na ocupação de cargos públicos pelos eleitos.

Em geral, a esquerda demonstra maior preocupação com os cidadãos considerados em desvantagem em relação aos outros por causa da “sorte do berço”. Mas o paternalismo não pode se derivar em um clientelismo populista com base em demagogia tanto à esquerda quanto à direita.

O espectro da esquerda política vai da centro-esquerda à extrema-esquerda. Entre os primeiros encontram-se os socialdemocratas, progressistas e também alguns socialistas democráticos e ambientalistas ecossocialistas. A extrema-esquerda se refere às posições mais radicais, como a revolução permanente defendida por grupos ligados ao trotskismo. Alguns defendem essa revolução pela ação direta do proletariado, sem a mediação de partidos políticos e sindicatos. Recusam as alianças do Partido dos Trabalhadores com outros partidos progressistas ou liberais, visando à participação em “eleições burguesas”, para ter chances no jogo parlamentar.

O que fazer aqui-e-agora? Uma Frente Ampla da Esquerda à la Uruguai e Portugal. Essas amostras de política bem-sucedida ocorrem em países com eleitorados bem menores. Mas demonstram a fragmentação isolacionista certamente não ser o caminho vitorioso.

Para buscar uma postura capaz de unir a esquerda hoje fragmentada e também alcançar uma maioria social, a palavra-

mágica é tolerância. É o desafio de ser tolerante com a existência de diferenças entre si e “os outros”, seja de esquerda, seja alienado ou mesmo da direita liberal clássica. Sem dividir a direita, em um país com forte predomínio do conservadorismo religioso em costumes, a hegemonia cultural será difícil de ser alcançada. Temas de costumes como aborto, casamento gay, pesquisas em célula-tronco, eutanásia, posse/porte de armas, etc., dividem mais em vez de somar.

Para tanto, alguns consensos democráticos serão necessários. Ao rejeitar a nomeação de cargos por nepotismo ou camaradagem, em um aparelhamento sem critério de mérito, a esquerda democrática abandona a Nomenklatura e a possibilidade de um Estado totalitário explorar a maior parte da população, sem conseguir entregar a abundância econômica planejada centralmente. Rejeita o fenômeno burocrático, característico do chamado stalinismo, hegemônico na velha esquerda.

Em visão holística, a realidade passa a ser vista pelos revisionistas da nova esquerda como permanente “movimento social”: a ampliação gradual de conquistas de direitos (civis, políticos, sociais, econômicos e de minoria) da cidadania, isto é, para todos os cidadãos, independentemente de classes sociais ou castas profissionais. Mas a defesa incondicional dos direitos humanos, inclusive para “os desumanos” segundo critério arbitrário da violenta casta dos guerreiros-militares, é uma premissa inegociável.

Em consequência da adoção de uma via pacifista de ascensão ao Poder, a esquerda hoje afasta a crença na revolução – um golpe de Estado – para a evolução democrática de um sistema complexo como é o capitalista. Ele tem múltiplos componentes interagindo permanentemente entre si, via mecanismos de mercado, instituições, normas sociais, leis, regras formais ou informais, etc. Esta emergência o configura de distintas maneiras ao longo do tempo e lugares particulares. Por exemplo, há variedades de capitalismo, entre outros, o do livre-

mercado, o do Estado e o da mistura em Estado de bem-estar ou de mal-estar social. Isto sem falar em particularidades étnico-nacionais.

Ao aprender a regular uma economia de mercado sem travá-la, a esquerda aceita hoje o mecanismo de mercado competitivo, sem favorecimento corrupto, como um motor da evolução sistêmica. A estratégia para essa luta deixa de ser uma súbita mudança revolucionária e passa a ser o gradualismo, lento ou rápido a depender das circunstâncias, em um processo incremental de luta em defesa de ideais éticos.

Por fim, no debate público-parlamentar a ser enfrentado, aqui-e-agora, será pertinente à esquerda propor um avanço civilizatório. Na reforma da Previdência Social, aceitar 65 anos como idade mínima para se aposentar tendo como compensação 4 dias com 9 horas de jornada de trabalho por semana. Toda a sociedade ganhará!

Em um ano há 365 dias e, durante suas 52 semanas, há 252 “dias úteis”, descontando 102 dias de fim de semana e 9 feriados. Descontando 22 dias úteis de férias, sobriam 230×8 horas = 1.840 horas de trabalho por ano. Considerando 30 anos de trabalho, são 55.200 horas trabalhadas na vida ativa.

Se a Reforma da Previdência aumentar cinco anos de vida ativa, serão mais 9.200 horas de trabalho até se aposentar, totalizando 64.400 horas, pagando mais contribuições, mas tendo menos “vida inativa” até o falecimento. Os trabalhadores só perderão.

Contrapartida para a expansão dos anos de trabalho: negociar 48 semanas \times 36 horas = 1.728 horas anuais. Considerando 35 anos de trabalho, seriam 60.480 horas trabalhadas na vida ativa. Então, elevaria em 5.280 horas a carga de trabalho anterior, mas os trabalhadores teriam mais um dia livre na semana.

A dedução utópica, isto é, crítica à realidade atual, é: tendo menos um dia sem trabalho alienante, os trabalhadores terão três dias para lazer criativo, ou seja, para criar um produto de trabalho com o qual se identifica. Um exemplo é fazer um curso de extensão para alavancagem da carreira profissional. Outro: praticar um hobby com sua habilidade pessoal, seja como artesão, seja como esportista. Dessa forma, cada trabalhador se identificará com o resultado final – e será feliz.

Em termos marxistas, a ideia é dividir a mais-valia relativa. A produtividade aumenta durante a 4ª. Revolução Industrial devido à automação robótica. Senão, apenas os acionistas estariam se apropriando dela, com os verdadeiros produtores nada recebendo. Os trabalhadores trabalhariam mais anos – para elevação da contribuição previdenciária –, mas com menor jornada semanal.

Caso aprovada, aumentará a produtividade de todos os fatores pelo maior tempo de mercadorias e serviços expostas à venda para consumidores. O meio-ambiente também agradecerá com menos engarrafamentos urbanos na semana. A sociedade poderá estabelecer o costume de duas jornadas de trabalho, sendo uma delas escolhida pelos trabalhadores: uma de segunda-feira à quinta-feira e outra de sexta-feira à domingo. As “horas-extras” do fim-de-semana em certas atividades – saúde pública, comércio, turismo, entretenimento, transporte, esporte, economia criativa, etc. – seriam compensadas com o mesmo ganho em três dias de quem trabalha durante quatro dias.

A esquerda não deve aceitar a mudança do regime de repartição, quando a geração ativa paga a aposentadoria da geração inativa, para o regime de capitalização, mesmo sendo apenas para os trabalhadores com rendimentos acima de cinco salários mínimos. Esta decisão de contribuição para uma Previdência Complementar deverá se manter como pessoal e intransferível para o Estado.

Na verdade, essa mudança defendida pela direita neoliberal poderá ter duas consequências arriscadas. A primeira provocar, artificialmente, um boom na bolsa de valores favorável à casta dos mercadores-rentistas já posicionada em ações existentes à espera de um choque de demanda por novos ativos – formas de capitalização de riqueza – inexistentes hoje na economia brasileira. A essa falsa euforia por enriquecimento ilusório se seguirá um pânico na véspera da aposentadoria pelo crash causado pela reversão de expectativas, seja por uma análise fundamentalista mais apurada, seja por um choque exógeno inesperado.

O segundo problema será a transferência em massa da contribuição previdenciária dos mais ricos para o regime de capitalização desfalar o atual regime de repartição e elevar o déficit público. Por isso, a esquerda necessita enfrentar o debate público.

Fernando Nogueira da Costa:

Professor Titular do IE-UNICAMP. Autor de "Métodos de Análise Econômica" (Editora Contexto; 2018).

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

03.

O QUE É SER DE ESQUERDA?

Liszt Vieira

13/02/2019 16:27

As noções de esquerda e direita mudam no tempo e no espaço. É um terreno conceitual movediço. Um líder político pode desempenhar papéis diferentes em momentos diferentes. Alguns elementos, no entanto, podem ser alinhavados para uma melhor compreensão do problema.

Historicamente, o termo "esquerda" tem origem na Revolução Francesa. No centro do plenário da Assembléia Nacional, ficava a chamada "Planície" ou "Pântano". À esquerda, localizavam-se os "jacobinos" ou "montanheses", mais radicais, e à direita ficavam os "girondinos". As posições eram bem definidas, cabendo ao centro um papel conciliador e moderado. O "pântano" foi chamado ironicamente de "sapos" por Jean Paul Marat em seu jornal O Amigo do Povo. Os girondinos eram burgueses moderados e defendiam a Monarquia Constitucional. Os jacobinos eram ligados à pequena burguesia de comerciantes e profissionais liberais.

Sob a liderança de Robespierre, entre os anos de 1792 e 1794, o grupo dos Jacobinos dominou o cenário político da França num período denominado "Terror". Foi abolida a Monarquia Constitucional e instaurada a República em setembro de 1792. O rei da França, Luís XVI, foi executado em janeiro de 1793. Inspirada nos jacobinos, o termo "esquerda" foi associado à noção de violência e radicalidade.

As posições de esquerda e direita sempre olharam o centro com desconfiança. Mesmo na literatura, o centro não é muito apreciado, apesar do ditado in medio virtus (a virtude está no meio). O poeta inglês W. B. Yeats chegou a dizer: Things fall

apart, the centre cannot hold (em livre tradução: as coisas desmoronam, o centro não se sustenta).

Muitas vezes, porém, é o centro que decide uma eleição. No Brasil, por exemplo, tradicionalmente a direita tem 30% do eleitorado, a esquerda idem, e os 40% restantes constituem o chamado "centro" que tem um movimento pendular: pode se deslocar para a esquerda, como ocorreu na eleição de Lula, ou para a direita, como ocorreu na última eleição.

Um erro persistente da esquerda é chamar o centro de direita (a direita também já chamou o centro de esquerda). Esse erro tem raízes históricas. As analogias são sempre perigosas, porque os contextos históricos são diferentes. Mas vale recordar o famoso erro do partido comunista alemão nos anos 30 que identificou como inimigo principal seus concorrentes mais próximos, os socialistas e os social democratas. Veio o fascismo, e destruiu todos.

Não abordaremos aqui as diferenciações da esquerda na análise da luta de classes como, por ex., a esquerda revolucionária, que prioriza as relações de produção, em contraposição à esquerda reformista, que leva mais em conta o desenvolvimento das forças produtivas . As inúmeras subdivisões da esquerda em correntes políticas e teóricas tampouco serão objeto de análise no presente artigo. Julgamos mais pertinente abordar a noção de esquerda ao lado dos oprimidos em contraste com a noção de direita ao lado dos opressores.

Diversas perspectivas usaram o termo "esquerda" para designar o polo igualdade na dicotomia liberdade x igualdade, ou o polo liberdade na dicotomia liberdade x autoridade. Há casos, porém, de difícil classificação. Um deles é o do escritor francês Alexis de Tocqueville. Como todo aristocrata, ele detestava a burguesia, então revolucionária, e poderia, por esse lado, ser chamado de direita. Fez uma crítica liberal da Revolução Francesa. Mas em seu livro Democracia na América, ele se

encantou com a organização autônoma das associações civis nos EUA, o que lembra a ideia contemporânea de sociedade civil, ou seja, a noção de organização popular contra o autoritarismo. Preocupado com a tirania, ele disse certa vez que "a anarquia não é o maior dos males que uma democracia deve temer, mas o menor".

Apesar do gigantismo do Estado americano, essa noção de autonomia está na origem da cultura de Contra Poder das últimas décadas, como mostra a canção de Bob Dylan que deu nome à organização revolucionária clandestina norte americana Weatherman, atuante nos anos 70: You don't need a weatherman to tell which way the wind blows (em tradução livre, você não precisa de um meteorologista para saber de que lado sopra o vento).

Outro exemplo notável foi Thomas Paine. Lutou na Inglaterra, na Revolução Francesa e na Revolução Americana. Paine tem um perfil nitidamente de "esquerda". Uma estátua em Paris com sua escultura traz a seguinte inscrição: "Cidadão do Mundo, Inglês por nascimento, Francês por Decreto, Americano por Adoção". Era de fato um cidadão do mundo. Foi um revolucionário globalizado avant la lettre.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, a noção de esquerda ficou associada às lutas da classe operária por melhores condições de vida. Redução da jornada de trabalho de 14 horas, descanso semanal, aposentadoria, férias etc, tudo o que hoje chamamos de direitos sociais foi conquistado a ferro e fogo na lutas operárias. Os autores que descreveram e analisaram a condição operária, e todos os que participaram ou apoiaram essas lutas, foram considerados de esquerda. Os socialistas chamados de utópicos por Marx, como Fourier, Saint Simon, Owen ou Proudhon, o próprio Marx, é claro, até historiadores mais recentes como Edward Thompson, entre muitos outros, contribuíram para construir a dimensão teórica e política da esquerda que via na classe operária a missão histórica de destruir o capitalismo. A

classe operária era vista como revolucionária e seu partido o instrumento político da revolução.

A Revolução Russa de 1917 foi, durante décadas, o paradigma da revolução socialista que derruba as instituições burguesas erigidas pelo capitalismo. Foi uma revolução proletária que se tornou modelo para o futuro. A tal ponto que Trotsky, por exemplo, desdenhou da revolução chinesa em seu início dizendo que um bando de camponeses famintos e esfarrapados não poderia jamais fazer uma revolução.

Após os ventos libertários no início da revolução russa, principalmente nas artes, na cultura e na ciência, o governo bolchevique, para sobreviver após a guerra civil, acabou transformando-se num regime autoritário que reprimiu milhões de camponeses e eliminou pensadores e políticos de oposição. Ao mesmo tempo, construiu uma infra estrutura que permitiu à União Soviética resistir ao nazismo. É bom não esquecer que, na Segunda Guerra Mundial, morreram mais de 20 milhões de russos, enquanto, dos países aliados, morreram 3 milhões.

A história russa tem uma trajetória autoritária: o Czar no império, Stalin no comunismo, e agora Putin no capitalismo. No período stalinista, a maioria da esquerda em todo o mundo apoiava o governo socialista da União Soviética e fechava os olhos para a repressão da liberdade. A repressão leninista aos anarquistas, por exemplo, foi praticamente ignorada. A esquerda passou a se identificar com o Estado. Essa identificação durou todo o século XX. Nos países subdesenvolvidos, o Estado passou a ser visto como o principal instrumento do desenvolvimento econômico e social.

Somente em fins do século passado surgiram correntes de esquerda identificadas primordialmente com a sociedade civil, sem identificação a priori com o Estado ou o mercado. A fórmula que melhor resume essa ideia é a síntese brilhante de Marc Nerfin, na época presidente da Fundação Internacional de

Alternativas para o Desenvolvimento: "Nem Príncipe, Nem Mercador: Cidadão".

Esse conceito de sociedade civil é tributário de Gramsci, que viu na sociedade civil o lugar de produção da cultura e não mera superestrutura política ou infra estrutura econômica. Além da divisão gramsciana tripartite de Estado, Mercado e Sociedade Civil, esse conceito, em diferentes combinações, preserva aspectos chaves da crítica marxista à sociedade burguesa, a defesa liberal dos direitos civis, a ênfase dada por Hegel, Tocqueville e outros à pluralidade societária, a importância dada por Durkheim à solidariedade social, e a defesa da esfera pública e da participação política acentuada por Habermas e Hannah Arendt.

A partir da segunda metade do século XX, o confronto principal se concentrou no eixo Estado x Mercado. A direita apoia o mercado e propõe o Estado Mínimo, ou seja, apenas o necessário para assegurar a ordem e lhe fornecer os recursos financeiros extraídos de toda a população, e também lhe garantir a exploração dos recursos naturais do meio ambiente. A esquerda, por outro lado, defende o Estado como orientador do desenvolvimento, regulador do mercado e instrumento de redução da desigualdade social. A política de direita promove a transferência de renda dos pobres para os ricos. A de esquerda propõe taxar as grandes fortunas, os ganhos do capital e a herança objetivando transferir renda dos ricos para os pobres.

Nesse contexto, outras diferenças surgem. A direita prioriza o equilíbrio das contas públicas, o combate à inflação, mediante o corte das despesas sociais. Faz o discurso da "austeridade" para cortar benefícios sociais em seu proveito. O aumento, mesmo nominal, de salários e proventos dos trabalhadores é apresentado como "rombo no orçamento". O perdão das dívidas astronômicas e dos impostos devidos pelos empresários é apresentado como "incentivo ao investimento".

A esquerda prioriza as despesas sociais, os investimentos em infra estrutura e propõe cobrar impostos não pagos, combatendo a sonegação fiscal. Ataca o capitalismo financeiro "de cassino", o sistema "rentista", e propõe investir na indústria nacional. Estamos longe de uma viável proposta socialista, hoje reduzida ao ideário de alguns partidos ou grupos de esquerda que, em geral, não se dão ao trabalho de explicar se a propriedade privada seria ou não abolida, se os meios de produção seriam ou não estatizados e se o mercado seria ou não tolerado.

Como se vê, os termos esquerda e direita não constituem conceitos científicos, mas são noções úteis que podem ser usadas em diferentes contextos, nem sempre com o mesmo sentido. O filósofo italiano Norberto Bobbio, em seu livro Direita e Esquerda, apresenta diversos elementos diferenciadores. Embora não constituam blocos homogêneos ou coerentes, pode-se admitir que a esquerda se orienta essencialmente para a promoção da igualdade e para a mudança da ordem social. Já a direita concebe a desigualdade como algo intrínseco à humanidade e apoia as tradições e a preservação da ordem social.

Segundo Bobbio, a esquerda prioriza o igualitarismo sobre os direitos da propriedade e do livre comércio. O racionalismo, o laicismo, o desprezo à oligarquia, a preservação do meio ambiente e os interesses dos trabalhadores devem prevalecer sobre a necessidade de crescimento econômico.

Ainda segundo Bobbio, a direita apoia o individualismo, a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa, a valorização da ordem e da tradição, mostra intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual. Exalta o militarismo e a defesa da segurança nacional, o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses dos trabalhadores, o anticomunismo e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade. E tem nostalgia da nobreza e do heroísmo.

Claro que há visões diferentes que restringem a noção de esquerda à proposta de um socialismo, seja autoritário ou democrático, este último em geral identificado com a social democracia. Estas visões mais exigentes de esquerda se fortalecem por ocasião das periódicas crises econômicas mundiais. O capitalismo supera suas crises criando outras. A crise final do capitalismo, tema tão caro à perspectiva de certas correntes trotskistas, dificilmente viria sem uma alternativa visível no horizonte.

As grandes derrotas dos movimentos revolucionários no século XX ainda não decantaram para produzir uma utopia possível no século XXI. Segundo o historiador Enzo Traverso, em seu livro *Melancolia de Esquerda - Marxismo, História e Memória*, "a obsessão pelo passado que vem moldando nosso tempo resulta do eclipse das utopias: é inevitável que um mundo sem utopias acabe olhando para trás".

Assim, a luta pela democracia não é travada apenas no Brasil. A ascensão da direita é hoje um fenômeno mundial. O capitalismo se globalizou, juntamente com inúmeros processos e atividades como, por exemplo, as comunicações eletrônicas, o tráfico de drogas e armas, a produção industrial, o mercado financeiro, a produção cultural etc. Todos esses processos passam por cima da soberania nacional. As nações, em sua maioria, tornaram-se hoje províncias dos países hegemônicos, sem poder enfrentar nem mesmo as empresas transnacionais e seus orçamentos monumentais.

A esquerda hoje não pode mais encastelar-se em seu próprio país e ignorar o mundo. Soberania nacional passou a ser um termo retórico que perdeu seu conteúdo histórico criado no Tratado de Westfália em 1648. Como disse o filósofo Jürgen Habermas, "precisamos tentar salvar a herança republicana, mesmo que seja transcendendo os limites do Estado-Nação". E, diríamos hoje, também para salvar a própria humanidade, ameaçada pelo aquecimento global e pela destruição dos recursos naturais. Numa extraordinária visão de futuro, o

cinasta Jean Renoir, em A Grande Ilusão, fez o ator Jean Gabin dizer, no final do filme: La frontière, c'est une invention des hommes. La nature s'en fout. (em tradução livre: A fronteira é uma invenção dos homens. A natureza está se lixando).

Assim, na conjuntura atual, doméstica ou internacional, ser de esquerda é, pelo menos, lutar por uma democracia participativa que não se resume a eleições periódicas. Lutar sem esmorecer contra as bandeiras da direita "civilizada" e sobretudo da extrema direita que se confunde com a barbárie, como é o caso do presidente eleito no Brasil que apoiou a tortura, estupro, guerra civil, armas para todos, discriminação da mulher, negro, gay, indígenas etc.

Não se trata de receita de bolo, não pretendemos apresentar aqui um programa, mas o mínimo que se espera de uma esquerda hoje é lutar pelos direitos de primeira geração - os direitos liberais, pelos direitos de segunda geração - os direitos sociais, e pelos direitos de terceira geração - os direitos difusos e coletivos. Todos esses direitos estão ameaçados com o avanço da extrema direita, de que o Brasil é hoje uma triste vanguarda. Essas lutas poderão talvez desembocar na formação de uma Frente Democrática Pluripartidária que tenderia a se fortalecer à medida em que os direitos humanos continuem a ser golpeados com a conivência do Poder Judiciário. Mais cedo ou mais tarde, essa "esquerda" democrática, articulada internacionalmente, vai combater com mais eficiência o Estado de Exceção que já começou a se instalar no Brasil.

***Liszt Vieira:** professor de Sociologia na PUC-Rio

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

04.

ESQUERDA (SER DE)

Por R. Saturnino Braga

17/02/2019 15:38

A expressão designava o conjunto dos deputados que se sentavam à esquerda no plenário da Assembléia constituída na Revolução Francesa

A expressão cujo significado se quer explicitar tem um uso eminentemente político, desde a sua origem, que designava o conjunto dos deputados que se sentavam à esquerda no plenário da Assembléia constituída na Revolução Francesa.

Aqueles representantes da esquerda buscavam sempre, nos seus votos e nas suas argumentações, alargar e aprofundar o sentido da igualdade, na Lei e na vida, entre os “cidadãos” da República. Numa definição bem esquemática, os deputados que se sentavam à direita enfatizavam a primeira reivindicação do trinômio revolucionário, a Liberdade, enquanto os da esquerda exigiam uma ênfase tão grande ou maior no segundo termo do trinômio, a Igualdade.

Talvez a radicalização destas posições tenha levado a um certo esquecimento da terceira expressão do grande lema revolucionário: a Fraternidade entre os cidadãos.

Liberté – Egalité – Fraternité

Ser de Esquerda, politicamente falando, significa, pois, desde há cerca de duzentos anos, defender a igualdade estrutural entre os seres humanos, a Igualdade entre todos perante a Lei e perante a Sociedade, respeitando suas individualidades de sentimentos e preferências.

A Direita, por oposição, sustenta que os homens são diferentes na sua essência, por sua natureza, uns valorizam mais o trabalho, a poupança, a previdência, outros o prazer da vida em cada momento; uns trazem da natureza algum talento especial, artístico ou executivo, outros se conformam às qualidades mais comuns da maioria; uns são mais ambiciosos e buscam com mais esforço o destaque e a liderança, outros preferem a alegria natural da vida comum. E assim, pela força da natureza, dizem eles, se formam as desigualdades econômicas naturais entre as pessoas dentro de uma sociedade, que tendem a se acentuar, também naturalmente, pela natural proteção dos pais aos filhos. Desigualdades que acabam sendo naturalmente reconhecidas e aceitas por todos.

Para nós, de esquerda, esta é uma visão ingênua e interessada da realidade da vida, uma visão que se recusa a perceber o fato óbvio de que as desigualdades das posições sociais não se manifestam no curso da vida mas estão presentes na própria estrutura da sociedade, desde o nascimento das pessoas.

A Esquerda não aceita estas desigualdades que marcam as pessoas desde a origem, do nascimento, desigualdades da própria estruturação socioeconômica das sociedades, as chamadas classes sociais que caracterizam as sociedades estruturadas segundo o modelo de produção capitalista.

As pessoas, no mundo capitalista, já nascem pertencentes a uma dessas classes, que têm, cada uma, seus interesses, sua visão própria do mundo; interesses que forçosamente se conflitam com os da outra classe.

Por isto mesmo, na concepção clássica da sociologia política, a Esquerda está associada à defesa do socialismo como modelo mais evoluído de estruturação produtiva capaz de eliminar ou reduzir profundamente estas diferenças de classe, características da propriedade privada dos meios de produção.

Na conceituação mais atualizada e abrangente, entretanto, que engloba o debate político dentro do próprio modelo capitalista, a Esquerda aceita o modelo como um interregno mas combate o processo de acentuação das desigualdades que o próprio modelo produz através do mecanismo do Mercado. E exige uma ação política do Estado sobre o Mercado, no sentido de, permanentemente, corrigir esta deformação e reduzir as desigualdades.

A Esquerda compreende, assim, todos aqueles que não aceitam como natural esta grande divisão da sociedade entre pobres e ricos, consideram-na uma teratologia do próprio sistema capitalista, do sistema de propriedade privada, e exigem, enquanto durar este sistema, a intervenção explícita do Estado, através de políticas econômicas e sociais que sejam eficazes na correção desta injustiça, na redução das diferenças de classe.

Vejo aí a essência da Esquerda.

Consequência deste posicionamento estrutural que a caracteriza primordialmente, a Esquerda amplia sua visão e sua ação nas políticas específicas de defesa de segmentos da sociedade oprimidos ou rebaixados pelo sistema capitalista: camponeses sem terra, trabalhadores sem formação, mulheres em geral, negros em geral, homossexuais, e transexuais.

É possível, sim, transcender o âmbito mais estrito da política e caracterizar posições de esquerda e de direita nas concepções gerais de cada ser humano no que concerne à vida em geral. Direitistas seriam os mais conservadores, que valorizam a ordem, o respeito à ordem, sempre a ordem estabelecida; e esquerdistas os que anseiam pelo que consideram avanços na organização da sociedade; desejam e se empenham na superação da ordem estabelecida por avanços sociais cujo sentido seria dado pela evolução de longo prazo da História, da própria Humanidade.

A Humanidade já aceitou ditaduras cruéis, monarquias absolutas, privilégios de classe, de nobreza,, já aceitou a escravidão de seres humanos, penas cruéis, de crucificação, de empalamento, já aceitou a tortura como método corriqueiro de extrair a verdade, coisas que hoje nos horrorizam. A noção de Direitos Humanos tem só duzentos anos, tendo sido reafirmada com mais ênfase há cerca de 50 anos, depois da calamidade da segunda guerra.

Guerreiro Ramos, nosso grande sociólogo do ISEB, afirmava que direita e esquerda são atributos da sociedade humana que existem e existirão sempre, havendo certamente uma direita e uma esquerda na organização do Vaticano, como havia no Nazismo do Terceiro Reich, e também no Comitê Central do Partido Comunista da URSS.

Reiterando a definição pela clivagem que evoluiu desde a caracterização original, pode-se dizer que a Direita valoriza a realidade, o presente, o concreto, a Direita teme o aventureirismo dos idealistas; enquanto a Esquerda busca a evolução sempre no sentido humanitário, luta pela construção de um futuro mais justo, de realidades mais aperfeiçoadas pelo sentimento da igualdade e da justiça entre os seres humanos.

Neste sentido mais largo, pode-se abrir, esquematicamente, uma divisão muito ampla entre as pessoas, segundo uma clivagem do seu modo de ser, ou da essência do seu pensamento, ou sentimento, chamando-as de Direita ou de Esquerda, a partir do seu sentimento, e mesmo do seu comportamento no dia a dia, em relação à divisão das pessoas entre ricos e pobres.

Numa tal perspectiva, não se pode definir o “ser de Esquerda”, sem se referir, e definir, paralelamente, o “ser de Direita”, faces de uma mesma moeda.

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

05.

A IDENTIDADE DA ESQUERDA

Por Roberto Bueno*

25/02/2019 10:06

A alteridade e a diversidade pautam fortemente a esquerda. A afirmação do outro em sua condição intrínseca de ser no mundo em face de outras tantas descrições de mundo possíveis é objeto da identidade da esquerda, reconhecido o direito universal ao livre desenvolvimento da personalidade, sob o único limite da não violação de direitos dos demais e à ordem constitucional coletivamente estabelecida. Este reconhecimento da pluralidade e da diversidade não poderá desconsiderar o ponto de partida basilar do axioma dos direitos humanos, qual seja, o de que nenhuma pretensão é legitimável na medida em que tenha pretensões revogatórias dos princípios de justiça universal.

A esquerda não poderá realizar a sua identidade ideológica sem dispor de amplos espaços de comunicação social. Sem mídia forte a população não dispõe de meios de concretizar a si enquanto povo, a sua cultura e sua história quando não seja através de meios de comunicação não controlados pela plutocracia. A transformação da mídia oligopolizada controlada pela plutocracia deve permitir reconfigurar o campo semântico e ideológico popular, em que hoje aparece a descrição de que o liberalismo capitalista equivale à democracia, e não apenas o controle total das instituições por uma plutocracia financeira global, que reafirma cotidianamente que políticas públicas populares são “populismo”, entendido este enquanto mero adjetivo depreciativo.

Dispondo de mídia potente a esquerda somente legitimará a sua identidade na medida em que traduza em sua prática política explícita preocupação com a defesa dos trabalhadores –

conjunto muitíssimo mais amplo do que o decrescente coletivo dos indivíduos formalmente empregados – e com a mais justa organização do trabalho, entendidos em sua largueza – incluído da uberização do mundo – e compatível, mas não resumível, ao conjunto abarcável pelos sindicatos. Massas já foram expulsas do regime formal de trabalho, e ela é que dispõe de força e real energia para a implementação de políticas realmente transformadoras. Esta enorme força está represada em espaços geográficos isolados, sem direitos sociais, sem acesso à saúde, educação ou moradia, na alça de mira para as violentas ações repressivas do Estado neoliberal.

Menos Estado ou, ao menos para o atendimento dos fins públicos quase nenhum Estado, esta é a chave para que o novo Leviatã econômico-financeiro controlado pela plutocracia realize absolutamente os seus interesses. O Estado já não é o potencial agravador das liberdades e dos direitos conforme identificado pela burguesia em seu momento. O grande, grave e avassalador poder é supra-estatal, é o oceânico Leviatã plutocrático que sobre tudo e todos pretende estender as suas garras, e que não encontra real *Katechon* senão justamente na estrutura estatal, e por isto é alvo de todos os ataques e propagandas mistificadoras articuladas pela plutocracia.

Em matéria geopolítica a esquerda encontra a sua identidade na defesa do princípio da soberania e autodeterminação dos povos contra o imperialismo, e afirmando o interesse dos indivíduos contra o capital, que ordinariamente mobiliza suas forças para realizar intensa ofensiva do financismo global através da fantasiosa mão invisível, perfeitamente atuante e controladora da plutocracia. Está em causa o empenho da esquerda pela defesa da autonomia dos povos, defensora do multilateralismo pacifista para enfrentar os propósitos doneocolonialismo que desloca os poderes nacionais legítimos de sua real posição de mando.

A grande falha histórica da esquerda foi não dispor de opções quando a simbologia ideológica caiu em 1989 através de

sua representação no muro berlinense, mas novamente repetiu o erro quando o pós-neoliberalismo financista demonstrou as suas fragilidades em 2008 após sucessivas crises explícitas, mas sempre com graves consequências humanas nem sempre devidamente contabilizadas. A falta de um projeto alternativo consistente, a esquerda observou como a direita substituiu celeremente o neoliberalismo por uma ideologia agora com viés altamente autoritário. A esquerda pode estar cristalizada, gélida, mas o pulso ainda pulsa enquanto o inconformismo popular estiver refletido na crua injustiça social concretizada pelo neoliberalismo autoritário contemporâneo.

A esquerda se destaca pela irresignação ante o mundo da natureza, enquanto a direita apresenta a sua conformidade, e também com as instituições criadas pelos homens que maximizam e perpetram as desigualdades naturais. As supostas relações de competição social apresentadas pela direita não passam de um nefasto conjunto de privilégios consolidados em que os detentores dos meios econômicos mantêm e legam os seus privilégios através de institutos jurídicos bem assentados, e que são traduzidos em melhor educação, saúde e segurança do que a grande massa da população dispõe. Este expressivo coletivo permanece obnubilado sob a névoa retórica publicitária imposta pela tal competição em que méritos e habilidades seriam a chave para a obtenção dos melhores resultados sociais e econômicos.

A esquerda põe em evidência a imperiosidade de intervir nas múltiplas disfunções que a ordem natural e os institutos jurídicos criados impõem sobre a economia e a política. À esquerda é preciso reconstruir a percepção de que não apenas a resistência é um imperativo para a reconstrução de uma sociedade pautada pela justiça social, mas também da aplicação da força e não raro da luta aberta como instrumento para deslocar os indivíduos que se apresentam em suas ações como conquistadores e predadores da comunidade de seres humanos. A assunção a priori do pacifismo implicará na reação dura e

física do establishment sobre os submissos. A moral de rebanho é desconstitutiva do horizonte de seres autônomos, que continua a ser visualizável enquanto nele resistir uma opção real de tensão e força sobre os interesses da direita plutocrática.

A defesa da soberania e autodeterminação dos povos passa pela assunção da tensão e conflitividade como regra das relações internacionais e da necessária constituição de um espaço comum entre a América Latina e América Central. É histórico e intenso alvo do neocolonialismo cujas forças continuam mobilizadas para extrair as riquezas do continente por estratégias cada vez mais sofisticadas, mas que já não coincidem com estacionar galeões de ouro para, repletos, retornar à metrópole. Sem embargo, a finalidade expropriatória dos países centrais é a mesma, realizando o movimento de apropriação de riquezas e controle do mundo das finanças, transferindo bilhões por rápidos comandos digitais, extraíndo os valores relativos aos investimentos básicos em sanidade, infraestrutura, educação e desenvolvimento social, mas também aplicáveis a pensões, benefícios e aposentadorias.

A reversão do quadro político e econômico torna imperioso que a esquerda retome a sua integridade e mobilize a sua identidade progressista em conjunto com a sua identificação popular. Este movimento encontra sua melhor tradução na irresignação com as condições sociopolíticas e econômicas impostas pela plutocracia global e que coloca as condições eficientes para impor a miséria e a indignidade humana sobre a massa da população. É preciso transpor os limites do discurso em prol dos direitos humanos para impô-los na qualidade de base de qualquer organização socioeconômica e política, encaixando-o como axioma sobre o qual todos os demais valores – econômicos sobretudo – haverão de subsumir-se e bem adequar-se.

Nuclear segmento da identidade da esquerda reside no reconhecimento das contradições entre os grupos sociais e econômicos. A reivindicação de sua identidade no plano político

supõe perder a vergonha de realizar aberta e profunda defesa de sistema político em que os trabalhadores(as) ocupam a posição de real força que desenha os rumos da política, detendo assim a soberania política, reconhecendo que vislumbrar além dos limites do real não derivará em frustração por alcançar temporariamente objetivos aquém deles. O que se propõe é que o dínamo do campo progressista esteja sempre à esquerda da esquerda possível e já realizada, pois apenas naquele espaço reside o imaginário que ao tensionar permite estendes as possibilidades do real. Este é o realismo utópico que a esquerda precisa assumir como núcleo de sua identidade, em contraposição ao realismo distópico da direita.

*Esta é uma breve versão de um texto mais detalhado componente de linha de pesquisa sobre a democracia que venho desenvolvendo e resultou na publicação, dentre outros, de “Democracia: crise ou ruptura” e “Democracia sequestrada: oligarquia transnacional, pós-neoliberalismo e mídia”.

***Roberto Bueno** é Professor Doutor Adjunto IV da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado (UNIVEM). Especialista em Ciência Política e Direito Constitucional pelo Centro de Estudos Constitucionais de Madrid (CEC). Pós-Doutor em Filosofia do Direito (UNIVEM). Estágio doutoral em Filosofia do Direito no Programa de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Autônoma de Madrid (UAM) (1992-1994). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

06.

POR ESQUERDAS PLURAIS E DEMOCRÁTICAS

Por Flavio Aguiar

27/02/2019 15:48

A primeira condição para ser de esquerda hoje é parar de falar “na esquerda” e passar a falar “nas esquerdas”. É preciso acabar com o que chamo de “síndrome do banco da frente”, descrita mais ou menos assim: na nossa Kombi (sou do tempo das heróicas Kombis) é de esquerda quem senta comigo no banco da frente; dali pra trás e pra fora é tudo traidor do proletariado e da revolução que está nos esperando já no primeiro cruzamento. O diabo deste tipo de pensamento, que vigorou e ainda vigora por áreas do sentimento de ser “vanguarda”, é que não há cruzamento: esta estrada não tem fim.

A segunda condição é reconhecer a democracia como um valor permanente. Houve correntes que falaram na democracia como um valor universal. Este tipo de pensamento tinha uma falha de nascença: democracia, nele, era a democracia formal, de inspiração liberal. Não que se deva desprezar a inspiração liberal, muito pelo contrário. Como me dizia mestre Antonio Candido, citando, acho, um seu conterrâneo, todo liberal que esquece princípios socialistas vira reacionário, mas todo socialista que esquece princípios liberais vira autoritário.

Meu argumento vai em outra direção. Houve tempo em que nós de esquerda acreditávamos que a democracia era uma boa arma para usar em nosso favor, e brandi-la enquanto estivéssemos na oposição ou na defensiva; mas, depois quando viesse a ditadura do proletariado... É claro que há situações

excepcionais em que é necessário assumir responsabilidades e impor decisões imprescindíveis. Para valer-se de um caso extremo, não é possível fazer votações amplas, gerais e irrestritas em meio a batalha de Stalingrado. Ou lançar ali um manifesto pela paz e confraternização com o inimigo.

O que importa é reconhecer a excepcionalidade de tais situações, por mais repetitivas que elas se tornem. A regra deve ser a do respeito pela democracia nas decisões. Este é um dos principais elementos diferenciadores em relação às direitas golpistas, e as direitas hoje estão dominadas ou pelo golpismo híbrido (valendo-se de tudo, da repressão militar às guerras informativas), no estilo de Trump ou de Bolsonaro; ou pelo fanatismo em torno do pensamento único neo-liberal; ou por ambas as coisas. Há conservadores sérios que estão, entretanto, no limbo.

É claro que existem outras condições para ser de esquerda. Batalhar por uma cultura da inclusão social, educacional e econômica, bem como por uma cultura da paz; por uma diplomacia do *softpower* e não do "big stick"; pelas negociações pacíficas no cenário geopolítico; pela integração anti-imperialista da América Latina; batalhar pela memória das conquistas e lutas das esquerdas em nível nacional, regional e mundial. Por exemplo, no Brasil querem destruir a memória de tudo de bom que aconteceu nos últimos governos de centro-esquerda que tivemos. Há até gente que se acha de extrema-esquerda negando que tenha acontecido algo relevante, como se abrir o caminho para que dezenas de milhões de pessoas saíssem da miséria não tivesse a menor importância.

Por fim, ressalto a importância do rigor na análise e na divulgação de informações. Há uma tentação muito grande de imitar as artimanhas das direitas, disseminando boatos, suspeitas e até preconceitos como se fossem informações seguras e confirmadas. Nada disso. É necessário manter a

credibilidade e a confiança, mesmo que isto custe um tanto de tempo para assegurá-las.

Por falar em tempo, lembro que a batalha neo-liberal se reflete também no esforço de roubar das pessoas o sentido do controle sobre seu próprio tempo. Esvazia-se o conceito de lazer: este passa a ser um intervalo entre tempos de trabalho alienado. Também se esvazia o conceito de sonho. Bombardeiam os meios de comunicação das direitas: “você não precisa sonhar; nós sonhamos por você; só é necessário ter o software adequado”.

É preciso dizer não à renúncia da subjetividade.

Termino estas ligeiras considerações com a ousadia de citar um poema de minha autoria, escrito décadas atrás, mas que penso ser de pertinente atualidade:

Elegia do nós

Seria mais fácil se calássemos a boca
se tivéssemos sempre o mesmo rosto
a mesma idade, o mesmo eu, a mesma cor
ninguém diria: tenho fome
ninguém ousaria: quero mais

Seria tão mais fácil se as perguntas se ausentassem
o silêncio seria menos constrangido
o som despertaria à menor ordem superior
e nunca ver íamos a face
do nosso algoz ou do nosso amor

Seria tão mais fácil se nós não nos amássemos
se não nos quiséssemos assim tanto de repente
ou tão devagar
o mundo seria uma só calma
e o prazer, uma cela solitária

Seria tão mais fácil se ninguém dormisse
a noite não seria esse espaço impenitente
não haveria despertar
nem esse efêmero abandono
a tudo aquilo que não fomos

Seria tão mais fácil se nós não existíssemos
mas acontece que nós somos
também aquilo que não somos
acontece que tudo está fora de lugar
a chacoalhar o mundo das certezas mortas

E acontece o amor e acontece o ódio
e nós gostamos do aperto
de nos esfregar pelos quartos, pelas ruas
pelos estádios e pelo tempo afora

Acontece que nós gostamos de gozar
de rir das pompas e solenidades
de ser em todas as idades

Acontece que é bom ter no rosto
a sensação de ter um rosto

E ver o vento, a noite
o sertão e o além-mar

Acontece que não é mais antigamente
quando hoje seria melhor

Acontece que há o fruto e a semente
e plantar e colher não é trabalho fácil

Acontece que nós somos gente
Aqui agora depois e para sempre

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?",
acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

07.

ESQUERDA?

ENTRE A NOSTALGIA IMOBILIZADORA E ACRÍTICA,

E A RENOVAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

Por Aram Aharonian*

06/03/2019 16:20

Neste momento em que a América Latina e o Caribe retornam ao neofascismo, a xenofobia, a misoginia, a homofobia e o racismo, graças aos governos de ultradireita que assumiram em vários países, é imprescindível para as forças populares de esquerda retomar o caminho do pensamento crítico, em momentos nos que se fala de fim da antinomia esquerda-direita, apelando a uma nostalgia imobilizadora e acrítica, mostrando a falta de unidade e também de projetos.

Houve épocas nas quais se sustentava a ideia de que ser de esquerda era se identificar com um sistema produtivo e uma sociedade sem propriedade privada dos meios de produção (socialismo, comunismo), baseada nas lutas da classe operária – que embora fosse a mais ativa, não era a majoritária. Era uma visão de futuro, de construção de novas sociedades. Logo,

chegou o Che Guevara e disse que antes era preciso construir o novo homem.

Porém, a esquerda sempre foi mais que somente o socialismo, desde as lutas pelos direitos políticos para todos e todas, as oito horas de jornada de trabalho, o voto feminino, a educação laica, pública e gratuita, o fim do racismo e do colonialismo.

A esquerda sempre esteve na luta contra os regimes opressores, capitalistas, sendo reativa aos seus planos, aos seus projetos de desenvolvimento. Jogou no campo do inimigo, muitas vezes usando suas próprias ferramentas, e terminou, em muitas ocasiões, sendo absorvida, derrotada militarmente ou acomodada ao jogo da democracia formal.

O pior inimigo da esquerda é o seu próprio temor à autocrítica, a se resignar em um conformismo intelectual e político, a seguir ancorada aos cenários e discursos que a realidade já tornou obsoletos. E, diante disso, decidiu não interpelar permanentemente a direita com sua própria agenda de propostas sobre os temas atuais. Ser de esquerda é muito mais que citar Marx ou Gramsci.

Independente do tema de gênero, as propostas da esquerda devem incluir uma nova agenda que inclua a reforma constitucional e a reestruturação do Estado, a problemática sobre defesa e segurança pública, a fase atual do capitalismo transnacional, global, virtual e concentrado, a defesa do meio ambiente, o fenômeno das migrações, a integração regional soberana e as ferramentas da nova governança global, o neocolonialismo e a dependência proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Se com o golpe de Estado e o triunfo do ultradireitista Jair Bolsonaro no Brasil se reavivou a discussão banal sobre o fim de ciclo do progressismo ou o neodesenvolvimentismo na América

Latina, a criminosa ofensiva estadunidense para derrubar o governo venezuelano mostrou como a direita leva a sério a necessidade de acabar com o vírus bolivariano pela raiz, impedindo que siga alimentando a ideia de que outro mundo é imprescindível, com democracias mais participativas (não apenas no discurso), onde toda a população possa ter acesso à alimentação, à educação, à saúde, à moradia, tudo o que hoje está restrito ao 1% de multimilionários e empresas multinacionais.

Já não é preciso tanques, soldados, baionetas. Hoje, basta à direita ter o controle dos meios de comunicação massiva e das chamadas redes digitais para impor os imaginários coletivos nos que se baseiam os golpes brandos, aliados aos corruptos sistemas judicial, parlamentar, policial, aqueles que os governos progressistas não foram capazes de transformar – e alguns sequer tentaram.

Não se trata de derrotas políticas ou eleitorais, e sim de uma derrota cultural. Já não se fala – ao menos nas esferas de poder – de igualdade, justiça social e sociedades de direitos. Nem mesmo do bem-estar socialdemocrata, e muito menos de democratização da comunicação ou de democracia participativa.

Estas elites econômicas, empenhadas em terminar com a política externa independente dos nossos países e com os processos de integração, têm como fim a privatização dos recursos naturais (entregues às empresas multinacionais), das empresas estatais e dos bancos públicos, além de vender as terras aos estrangeiros e empresas multinacionais, comprometendo a produção nacional de alimentos, a soberania alimentar e o controle sobre as águas.

Junto com esta avançada ideológica da direita, a esquerda parece estar sem rumo, presa da nostalgia, da falta de ideias e projetos, incapaz de atualizar seu pensamento e adaptá-lo à Era da Inteligência Artificial, tentando conciliar e impedir a expressão

dos excluídos, deixando de lado a luta de classes, ao lado dos vendedores de espelhos coloridos, dos profissionais da denunciologia, amarrada ao assassinato das utopias e a teoria do possível.

A nostalgia é um permanente açoite àqueles que sentem falta das épocas passadas, carregado de uma importante subjetividade e um chamado ao imobilismo. O progressismo continua apelando aos pedidos, declarações, comunicados (que sequer soam convencidos), aos foros de catarse coletiva, sem registrar as profundas mudanças produzidas na subjetividade das classes e capas populares, que empurra a alguns dos seus setores a votar pelos seus algozes. Isso não é ser de esquerda.

As ameaças da ultradireita conduzem inexoravelmente a um holocausto social e ecológico de proporções inimagináveis, e se torna importantíssima a tarefa de construir uma alternativa política, que requer um pensamento crítico que permita traçar uma nova rota, para evitar uma queda catastrófica da vida civilizada.

É imprescindível trabalhar na construção de alternativas sólidas – e uma profunda reorganização de um campo popular fragmentado e atomizado, onde seguimos entusiasmados em estar cada um do seu lado, sem poder unir as forças que nos permitiriam a enfrentar uma direita muitíssimo organizada (em Davos, no Grupo de Bildelberg, no G-7, no G-20, no Grupo de Lima), ensaiada e financiada pela internacional capitalista, a organização neoconservadora Rede Atlas.

No começo deste século e milênio, os intelectuais e dirigentes de movimentos sociais se alçaram contra o inimigo comum: o capitalismo predador, e conseguiram impor o imaginário coletivo de que “outro mundo é possível”, e necessário. Assim nasceu o Foro Social Mundial, uma resposta ao fim das ideologias e da história, defendida pelos *think tanks* da banda de Davos.

A América Latina e no Caribe já viveu 526 anos de resistência. Nos acostumados à essa lógica de ter que resistir, mas quando tivemos governo progressistas não mudamos a agenda e nos esquecemos da construção do novo pensamento crítico, dos novos quadros políticos, econômicos, administrativos, a construção de uma nova comunicação popular. Nos mantivemos ancorados na mera resistência imobilizadora.

Muitos dirigentes populares, inclusive alguns auto-denominados como de esquerda, iludidos pelo espaço institucional, migraram dos movimentos – ou foram cooptados – para ocupar espaços no parlamento e no governo, o que reduziu a experiência acumulada dos movimentos e levou à desaparecimento das ruas. A esquerda perdeu a rua e o Estado continuou sendo burguês, com os governos atados aos seus programas sociais e de distribuição (não de redistribuição) de renda.

A repressão sofrida nas décadas passadas paralisou enormemente o campo popular, enquanto a “pedagogia do terror” da época das ditaduras civil-militares fez bem o seu trabalho. Hoje, com uma oligarquia financeira debochada e belicista, o capitalismo muda, oferece novas mercadorias, usa as possibilidades tecnológicas da inteligência artificial, do big data e dos algoritmos, para impor imaginários coletivos.

A esquerda latino-americana, carente de um pensamento crítico próprio, encontra um caminho difícil pela frente, na tarefa de construir a nova resistência, a nova alternativa, conformando espaços mais amplos, redes de diálogo e debate, de articulação. Mas para isso é preciso se atualizar, saber usar as novas tecnologias, entender que as ferramentas (armas) são diferentes: não se pode combater numa guerra de quarta/quinta geração com fuzis enferrujados, ou com arcos e flechas.

A esquerda tem que fazer outras alianças de gestão econômica, e no âmbito político é preciso construir outro relato, outra maneira orgânica de concentrar expectativas diferentes às

que prevaleceram nas últimas décadas. Necessitamos uma profunda renovação das linguagens, que nos permita gerar novas perguntas, porque as antigas não são suficientes para propor algo para este mundo.

A democracia representativa, a propriedade privada, a cultura eurocentrista, o sufrágio e os partidos políticos são algumas das “verdades reveladas” que organizam a nossa vida institucional, nossa democracia declamativa, com a que estamos arrastando desde as constituições do Século XIX. Há outro tipo de democracia? Se não, é hora de começar a imaginá-la. O capitalismo mantém sua marcha, e depredando tudo.

***Aram Aharonian** é jornalista e comunicólogo uruguaio, fundador do canal TeleSur. Preside a Fundação para a Integração Latino-Americana (FILA) e dirige o Centro Latino-Americano de Análise Estratégica (CLAE)

Publicado originalmente em estrategia.la | Tradução de Victor Farinelli

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

08.

SER DE ESQUERDA NA COLÔMBIA

É SABER QUE SE TORNOU UM ALVO

Por Camilo Rengifo Marín*

06/03/2019 16:16

A história da esquerda na Colômbia tem estado sempre marcada pela exclusão do espectro político tradicional, graças às elites que ostentam o poder. Embora os historiadores costumem dizer que ela nasceu com os ecos das ideias socialistas que inundaram o mundo após a Revolução Russa, o certo é que desde 1920 o país vive intensos processos sociais.

Há seis décadas, o poder fático vem realizando assassinatos cirúrgicos, como o do liberal Jorge Eliécer Gaitán, em 1948, criando o clima para uma grande revolta, recordada como “o Bogotaço”. Daí em diante, continuou aniquilando tudo o que ameaça roubar seu poder através dos votos. Qualquer posição de esquerda ou liberal é reprimida violentamente por uma direita armada, muitas vezes em aliança com o Estado.

É uma história trágica, do assassinato de três candidatos presidenciais (Pardo Leal, Carlos Pizarro e Bernardo Jaramillo) em plena campanha, junto com cinco mil militantes da União Patriótica, em um genocídio político realizado pela combinação de forças do Estado, paramilitares, narcotraficantes, grupos que

respondem ao poder fático nacional (os grandes empresários que lucraram com mais de 60 anos de guerra) e internacional (as empresas multinacionais).

Até hoje, nesta democracia à colombiana, todas as semanas são assassinados dirigentes populares (indígenas, camponeses, sindicalistas). E cada vez que a esquerda esteve perto do poder, a falta de unidade e as picuinhas de alguns grupos (sobretudo sobre os conceitos a respeito do Estado), frustraram qualquer alternativa.

Os dirigentes camponeses, os sindicalistas, os porta-vozes dos povos indígenas e as comunidades afrodescendentes, os sete milhões de despojados que sonham em recuperar suas terras, costumam ser silenciados com a morte, a ameaça ou o exílio. Esta é a verdadeira esquerda de hoje na Colômbia, e por isso a resposta do poder criminoso é a de agir para aniquilá-la, com cumplicidade dos meios hegemônicos de comunicação, parte imprescindível do poder fático.

Existiu uma esquerda revolucionária, com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, com o Exército de Liberação Nacional. Antes, com o M-19 e outros grupos, que durante seis décadas tentaram derrotar o poder fático pela via dos fuzis. Hoje, esse pós-guerra que traído pelo governo exige a conformação de uma frente de esquerda. Os “intelectuais” da FARC, aqueles que abraçam não só as armas como o projeto de país, foram assassinados com a cumplicidade dos Estados Unidos.

Estes grupos revolucionários foram vinculados com o narcotráfico. O relato da ordem pública foi o dominante durante décadas. A segurança, a violência e os mortos foram o discurso político majoritário, e isso impediu que uma agenda social pudesse ser impulsada através da democracia.

Para que a esquerda chegasse a representar uma verdadeira opção alternativa de poder, o primeiro que deveria se questionar é a sua relação com as instituições. A tendência tem sido a de “negar a política tradicional”, descartar as eleições e a desconfiar do aparato estatal, não de tentar conquistá-los para incidir em mudanças para a sociedade.

A esquerda colombiana esteve sempre cheia de matizes ideológicos, e muitas vezes ligada ao Partido Comunista. Teve papel importante junto a revisionistas históricos e sociais, embora a participação no poder foi bastante escassa e acidental, apesar da conquista de algumas vagas parlamentares. Hoje existem vários partidos e grupos que dizem ser de esquerda, e outros que preferem passar despercebidos.

Existe a esquerda na Colômbia, mas está dispersa, fragmentada, confundida numa busca nem sempre afortunada, inclusive quando finalizada a controvérsia entre a luta revolucionária e a luta política. Mas se faz necessário o resgate das ideias, a reestruturação do pensamento e da ação. Há grupos que se vestem com roupa de esquerda para ganhar cargos legislativos ou governações, embora seja na verdade socialdemocratas

A esquerda tradicional tende a se dirigir sobretudo aos seus próprios adeptos, aos convencidos de suas ideias, e se torna mais difícil falar para todo o país, enquanto observa a sociedade e suas dinâmicas internas, de forma distorcida, e se prende a modelos teóricos rígidos. A distorção vanguardista faz com que não veja ou escute a realidade, não acredite na democracia participativa, e é assim que ela se afasta do povo.

A candidatura do centro-esquerdista Gustavo Petro, um ex-militante do M-19 que se aproximou bastante da possibilidade de ser eleito presidente, foi bombardeada desde o início pelos partidos do sistema, os meios de comunicação e os *trolls* das chamadas redes sociais, relacionando-o com o denominado

“castrochavismo” e com a Venezuela. Tudo com o fim de que se mantenha uma tendência histórica e que um projeto considerado de esquerda não chegue ao poder.

As elites político-empresariais seguem tentando de vincular a grave crise econômica e social do país com o longo conflito armado, com as guerrilhas que sim levantaram as bandeiras do socialismo. Na Colômbia, não houve revoluções como as do México (1910) ou da Bolívia (1952), tampouco houve presidentes como o argentino Juan Domingo Perón, o chileno Salvador Allende ou o venezuelano Hugo Chávez.

Por isso, uma vez mais, a direita colocou em marcha uma campanha em torno do medo que se produz quando alguém de esquerda tem a chance de chegar ao poder: por trás disso está o temor das elites em perder seus privilégios.

Há duas Colômbias: uma tradicional, patriarcal, machista, conservadora, com valores cristãos e que busca o *status quo*, e outra reativa ao tipo de valores do conservadorismo, comprometida com novas agendas cidadãs, como os direitos sexuais, economias verdes, direitos trabalhistas, migração interna, direitos indígenas e de afrodescendentes. Aí está a esquerda que se deve rearmar.

*Camilo Rengifo Marín economista e docente universitário colombiano, analista associado ao Centro Latino-Americano de Análise Estratégica (CLAE)

Publicado originalmente em estrategia.la | Tradução de Victor Farinelli

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

09.

O QUE É SER DE ESQUERDA
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA?

Por Renato Dagnino*

07/03/2019 16:46

Concordando com meu conterrâneo Flavio Aguiar, de que temos cada vez mais que falar em “esquerdas” (e com meus colegas da Unicamp, sobre a polissemia do termo e a heterogeneidade do conjunto), inicio por enfatizar que as concepções que elas têm sobre ciência e tecnologia (C&T), apesar de até agora não explicitadas, são ainda mais distintas do que as que ocorrem em outros campos. O fato de que há disputas de sentido a serem precisadas me aconselha a começar com uma taxonomia. E como sei que haverá sempre disputas por hegemonia em qualquer coalizão que as esquerdas venham a formar, me dedico a, depois de apresentar as duas concepções dominantes, advogar pela terceira, com a qual me identifico.

Para elaborar a taxonomia segui minha deformação de engenheiro-economista. Limitei o território tratado ao passado recente brasileiro (ou latino-americano) e, o foco, ao proporcionado pelos olhares indisciplinados dos estudos sobre C&T. E, para apresentá-la, imaginei um quadro sinóptico. Nele, depois de listar na primeira coluna as três concepções, indico, na segunda, como elas entendem a C&T e, na terceira, o que elas propõem em termos de política cognitiva (neologismo que proponho para englobar as ainda separadas políticas de educação e de C&T). Isto é, que ações realizar, que alianças com quais atores com ela envolvidos - instituições públicas de

ensino e pesquisa, empresas, órgãos estatais, movimentos populares - se deve privilegiar, no plano da *policy* e da *politics*.

A primeira concepção sobre C&T presente num hipotético eixo em que se situam as esquerdas (que é cruzado por ideologias sobre assuntos mais importantes, mas de prazo curto), vou chamar de **socialdemocrata**. Ela *entende* que tecnologia é aplicação da ciência - a verdade intrinsecamente boa que avança, universal e neutra (no sentido de não contaminada por interesses e valores) - para produzir mais, mais barato e melhor satisfazer as necessidades da sociedade; mas que, às vezes, devido ao uso da ciência já gerada por interesses escusos, sem ética, a tecnologia pode causar o mal. Mas que, desde que submetida ao controle externo e a posteriori da ética, a ciência pode ser usada para satisfazer infinitas necessidades da sociedade.

Ao rebater esse entendimento no *plano da política* ela segue, quando e onde governa, um comportamento semelhante ao que seus pares dos países de capitalismo avançado adotaram durante a construção do Estado de bem-estar (e que, depois de alastrar-se pelo mundo, mudou pouco com o neoliberalismo). Ela reforça, então, a tendência da comunidade de pesquisa das instituições públicas de ensino e pesquisa a perseguir a fronteira global da C&T. Com isso se lograria, como ela supõe que lá suceda, que as empresas locais alcancem a competitividade que seria derramada para o conjunto da sociedade (bens e serviços bons e baratos, e empregos melhores e bem remunerados). E como essa empresa deveria aumentar sua atividade de pesquisa e desenvolvimento, caberia aos órgãos estatais subsidiá-la. E estimular a universidade a inserir nas suas agendas de ensino e pesquisa aquilo que ela idealiza (e gostaria que fossem) as demandas cognitivas empresariais que por aqui se fazem ouvir.

Há que reconhecer - como se faz com a exceção para demonstrar a regra - que nos raros casos em que atores dotados

de poder econômico ou político demandaram para seus projetos um conhecimento não disponível (como no caso da agroindústria, petróleo), ou acessível (aeronáutica), a política cognitiva implementada, de caráter nitidamente nacional-desenvolvimentista, alcançou uma sinergia atípica na periferia do capitalismo.

Consciente de que a dinâmica global da C&T controlada pelas empresas multinacionais, além do obsolescência planejado e da deterioração programada, está resultando, também aqui, no desemprego dos profissionais que treinamos para operá-la, essa concepção faz com que se ajude alunos e professores a se tornarem empreendedores subsidiando a criação de empresas de base tecnológica (ou startups) em incubadoras universitárias. Para se contrapor às externalidades sociais e ambientais negativas que essa dinâmica tende a provocar, ela fomenta a responsabilidade social empresarial mediante renúncia fiscal, e aloca recursos para inovação responsável. E financia programas de pesquisa e ensino em organizações públicas e privadas interessadas.

A segunda concepção, que vou chamar de **marxista convencional**, *entende* a que a dinâmica da C&T foi progressivamente capturada pelo capital e que por isto elas estão submetidas à sua lógica, ao seu interesse de acumulação e de exploração da classe trabalhadora. Ela atribui o desenvolvimento das forças produtivas, no (e durante o) modo de produção capitalista, ao empenho do empresário em elevar a produtividade do trabalho passível de ser apropriada por ele, dado que garantida pelo estatuto da propriedade privada dos meios de produção. Mas entende que, dado que é linear e inexorável, este desenvolvimento é estruturalmente responsável, no longo prazo, pela mudança dos modos de produção. Dessa forma, sua sucessiva tensão com as relações sociais de produção (escravistas, feudais, capitalistas, socialistas) levaria ao modo de produção comunista.

Um controle pela via da ética (como propõe a concepção socialdemocrata), que penetrasse os ambientes em que a C&T são geradas, além de pouco efetivo, não seria conveniente, talvez fosse contraproducente e até mesmo antidemocrático. Seria, em última instância, uma revolução socialista o que permitiria que a mesma C&T que hoje oprime, amanhã, quando “apropriada” pela classe trabalhadora, poderia (dado que neutra e, por isto, capaz de alavancar qualquer projeto político) ser por ela usada - no âmbito de outras relações sociais de produção - para construir um futuro mais justo.

O rebatimento desse entendimento no *plano da política* cognitiva, por se basear também na ideia da neutralidade, apresenta diferenças cuja análise é, neste texto, proibitiva. A importância delas, quando cotejada com o risco de ultrapassar o limite do espaço estipulado e, pior, perder em meandros o leitor que me acompanha, me impelem a não apresentá-las. Diferentemente do que ocorre em áreas de política-fim quando distintas ideologias se tornam dominantes (como as de saúde, infraestrutura, relações exteriores) a de C&T, em função da sua aparente neutralidade (e, simplificada, bondade), tem se mostrado infensa às ideologias de quem a elabora.

Afinal, se para construir o socialismo o que se necessita é a melhor C&T, o que se deve fazer é emular aqui o que se faz de melhor nos países líderes. E qualquer diminuição do recurso alocado para isso será visto como obscurantista. O que não implica que não exista preocupação crescente com os quatro cavaleiros do apocalipse - cientificismo, produtivismo, inovacionismo e empreendedorismo - que estão conduzindo a universidade pública ao suicídio; mas a causa da velocidade como galopam não parece ter sido identificada.

A terceira concepção, vou chamar de **solidarista**. Antes de apresentá-la, aviso que seu caráter contra-hegemônico obriga que seu conceito e rebatimento sejam por mim colocados - de

modo evidentemente enviesado e não neutro - em contraposição às anteriores.

Ela *entende* que o conhecimento para a produção de bens e serviços, aquilo que contemporaneamente se denomina tecnociência (devido, entre outras razões, à interpenetração do que se conhecia como ciência de um lado e tecnologia de outro), sempre esteve, e nunca deixará de estar, contaminado pelos valores e interesses do ator que controla o processo de produção; e que, por isto, é quem busca, tenta, e pode se beneficiar de sua contínua transformação. O que permite entender que a tecnociência é uma consequência cognitiva das sucessivas, crescentemente informadas, e avaliadas como bem-sucedidas (geralmente em função do seu resultado material) pelos proprietários dos meios de produção envolvidos no processo.

Essa proposição genérica e supra-histórica é complementada por outra que vai no sentido contrário. Somos, no Brasil, 210 milhões; 160 em idade ativa, mas menos de 30 com carteira assinada. E não há nada que indique que a empresa local voltará a investir e gerar o emprego para absorver os 80 milhões que nunca o tiveram e que - o futuro da C&T capitalista permite antever - nunca o terão. Em particular no que se refere à indústria manufatureira, que hoje assina a carteira de apenas 2 milhões de pessoas.

Tampouco é legítimo pensar, à luz do aumento da desigualdade que vem ocorrendo nos países avançados, que uma política cognitiva que torne a empresa competitiva possa provocar o derramamento de bem-estar que alguns ainda esperam. Além do que, há evidência suficiente para mostrar que sua racional estratégia de inovação periférica, imitativa, baseada na renovação de seu equipamento, não é responsiva a essa política; o que a torna, neste plano e com essa míope finalidade, quase inócua.

A primeira proposição explica a degenerescência burocrática do socialismo real. A tentativa de usar uma tecnologia segmentada, hierarquizada, controladora, heterogestionária, alienante e de grande escala (ou seja capitalista), mas que era entendida pelos seus líderes como a melhor para a construção do socialismo, sufocou, pela via do gigantismo estatal, as experiências autogestionárias baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção.

Ela evidencia, também, que o enfoque das esquerdas relativo ao conhecimento para produção dos bens e serviços - os valores de uso que viabilizarão a sociedade do bem-viver que desejam - deve basear-se, no plano da política, nos conceitos de tecnociência e de política cognitiva.

A segunda proposição mostra que nosso futuro de igualdade, à semelhança do que sucede em outros campos, deverá ser construído de modo diferente daquele que propõem as esquerdas dos países avançados. A tecnociência que precisamos não terá apenas que nascer contaminada com outros interesses e valores ao longo de um processo de reprojeto da tecnociência capitalista. Ela terá que colocar o potencial tecnocientífico de nossas instituições de ensino e pesquisa (que é praticamente o único local onde se pesquisa) a serviço de uma interação com os atores sociais interessados na nossa proposta. Cabe aos seus integrantes de esquerda a iniciativa de acolher a demanda cognitiva embutida em suas necessidades materiais hoje desatendidas.

Dentre os movimentos populares, e mais além dos que já se veem agrupando em empreendimentos solidários, que deverão crescentemente disputar o poder de compra de bens e serviços onde formos governo, essa proposta deve atentar para os movimentos contra-hegemônicos emergentes. Eles estão percebendo que a consecução de suas pautas identitárias depende do atendimento de um dos direitos da pauta socioeconômica que tem sido e continuará sendo negado à

maioria dos seus integrantes. Por pertencer àqueles 80 milhões de marginalizados, eles não terão acesso ao emprego e salário que muitas das esquerdas ainda prometem. O alargamento de um canal - alternativo, sem ser excludente - de geração de trabalho e renda que dê vazão ao seu potencial de criação de valores de uso é, também neste caso, essencial.

A construção da plataforma cognitiva de lançamento da economia solidária que devemos fazer crescer nas rachaduras do nosso tecido sócio-produtivo, a tecnociência solidária, é um desafio considerável. Mas, como costuma suceder nesses casos, é também uma oportunidade formidável.

Espero que este texto possa servir para abrir um debate que as esquerdas, por razões de entendimento como as que aqui se expôs, por não quererem contrariar os atores aliados que se apropriaram do discurso e da práxis da C&T ou por não ser esta uma área prioritária, urgente ou demandante de recursos, têm protelado. Muitos dos leitores dirão que o momento em que uma coalizão reacionária implementa uma política cognitiva que, coerentemente com seu projeto de governo fragiliza todas as três concepções das esquerdas ao colocar em xeque o seu próprio sentido, não é adequado. Por várias razões, discordo! Se o debate vier a ocorrer talvez seja possível, atendendo ao princípio democrático da escuta dos entendimentos e dos rebatimentos das diferentes concepções, fazer com que as esquerdas possam aproveitar nosso potencial tecnocientífico para a construção de uma sociedade mais solidária.

***Renato Dagnino** é Professor titular no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp nas áreas de Estudos Sociais da C&T e Gestão Pública. Coordenou o Curso de Especialização em Gestão Estratégica Pública realizado em parceria com a Fundação Perseu Abramo.

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

10.

O QUE TU QUERES SEI EU

Por José Manuel Pureza

28/02/2019 15:53

O que os perturba não é o Bloco bater-se por votos no quadro da democracia representativa, é a força que esses votos dão ao Bloco para mudar as políticas que eles não querem por nada que mudem.

A nostalgia de um Bloco de Esquerda iconoclasta e afastado da determinação das decisões fundamentais sobre a economia e sobre os direitos das pessoas é hoje partilhada pela direita política e por comentadores absolutamente insuspeitos de serem da esquerda radical ou sequer de esquerda. Esses comentadores e esses dirigentes políticos que fustigaram, durante toda a história do Bloco de Esquerda, a radicalidade do seu discurso e da sua agenda vêm agora denunciar a “institucionalização” do Bloco, a sua “descaracterização” e o seu “aburguesamento”. Agora, diante do crescimento do Bloco, assalta-os uma saudade inconsolável dessa força política que eles fustigaram e descredibilizaram. É, pois, uma nostalgia contraditória e, por isso, intrigante. Ou não.

Muitos deles vaticinaram, vezes sem conta, a morte do Bloco. Tinha terminado a agenda das causas fraturantes – proclamaram – e o Bloco era somente uma expressão do “marxismo cultural”, volátil, espuma. Era certo que ia acabar. Primeiro engano: não acabou, reforçou-se. Segundo engano: a agenda das causas fraturantes não se esgotou, porque a fratura da discriminação é funda e ramificada demais para ser irrelevante. Engano hábil, diga-se: o esgotamento da agenda fraturante não era análise, era desejo. E continua a ser: diante da nova intensidade assumida nos nossos dias pela luta antirracista, pela luta feminista ou pela luta contra a colonialidade do pensamento, voltam a dizer-nos que é forçado, que é postiço, que não tem chão. Tinham-no dito, exatamente assim, quando o Bloco se bateu pela descriminalização do consumo de drogas leves, pelos direitos de conjugalidade e parentalidade da comunidade LGBT, pela autodeterminação das mulheres, pela despenalização da morte assistida. Bradaram então, bradam agora e, de ambas as vezes, mostram que o seu combate político é contra a emancipação que conjugue igualdade e diferença.

Mas, mais do que tudo, o que verdadeiramente une os dirigentes e os comentadores de direita na sua crítica à “institucionalização” do Bloco de Esquerda é o que isso quer dizer do ponto de vista da substância política. Defensores da política tradicional, não seria sério fazerem a apologia de formas alternativas de atuação política. Ficava-lhes mal. Não, o que realmente os motiva não é a forma nem o estilo, é o conteúdo. Como sempre foi. O que justifica a sua denúncia da “descaracterização” do Bloco é a noção de que esta força política não está hoje confinada à agenda das “causas fraturantes” e que passou a ter poder, conquistado nas urnas e na aceitação social, para, por dentro das instituições, fazer infletir as políticas que eles preferiram sempre que estivessem vedadas à esquerda. O que os perturba não é o Bloco bater-se por votos no quadro da democracia representativa, é a força que esses

votos dão ao Bloco para mudar as políticas que eles não querem por nada que mudem. O que os mortifica não é a suposta perda de rebeldia do Bloco, é a capacidade acrescida de canalizar essa rebeldia não só para os comportamentos mas para a economia e para os direitos sociais. O que os mobiliza é que as parcerias público-privadas na Saúde, a precariedade na Administração Pública ou a dignificação da carreira dos professores sejam hoje questões centrais na ação política do Bloco de Esquerda e que essa ação não se limite à proclamação, mas antes envolva toda a negociação política que seja necessária para acrescentar direitos e justiça em concreto.

Os que agora denunciam com afinco a descaracterização do Bloco criticaram com igual afinco a caracterização do Bloco que agora lhes é tão cara. E vem-me à memória a rábula em que, a sucessivos pedidos de informação de uma jovem, Ricardo Araújo Pereira respondia repetidamente "o que tu queres sei eu". Sim, o que os dirigentes e comentadores de direita que andam tão preocupados com a suposta descaracterização do Bloco de Esquerda querem sabemos nós muito bem.

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

11.

CONTRA A BARBÁRIE

Por Pedro Tierra*

14/03/2019 10:57

Rompeu-se o pacto que assegurava alguma governabilidade ao Brasil. Aquela garantida pela Carta de 88 vigente até 2016. À esquerda ou à direita

I.

Para examinar a questão “*O que é ser de esquerda?*” num momento de turbulência e instabilidade ao ritmo de *twitter*, principal mecanismo de governo instalado no país, a partir de janeiro de 2019, busco ordenar alguns pontos de vista para dialogar com outras contribuições que chegam a Carta Maior.

Rompeu-se o pacto que assegurava alguma governabilidade ao Brasil. Aquela garantida pela Carta de 88 vigente até 2016. À esquerda ou à direita. O impedimento da presidente Dilma Rousseff mal cercado pelas aparências do “*normal funcionamento das instituições*” selou a ruptura. Apesar de todo o esforço midiático para justificar o embuste, a maioria da sociedade entendeu que se tratou de um golpe. Os golpistas venceram, mas não convenceram a sociedade. O rei esteve nu durante todo o espetáculo.

Enumerar alguns fatores que convergiram para constituir um bloco de forças nas mãos dos setores nacionais instalados no topo da pirâmide social e identificar seus vínculos com interesses

implícitos ou explícitos do Império, talvez nos ajude a compreender o sentido do drama de um país das dimensões e da importância do Brasil ser hoje “governado pela crise”.

Testemunhamos nos últimos anos a atuação francamente partidarizada do Ministério Público Federal; de parcela ponderável do Judiciário e da Polícia Federal; à direita e, digamos assim, ao centro, a atuação incoerente de partidos invertebrados o que resulta na fluidez da base de sustentação parlamentar dos governos – Dilma (a partir de 2014), Temer e agora Bolsonaro – assentada sobre o pântano de interesses segmentados e de curto prazo; à esquerda o imobilismo derivado da crise econômica que lançou milhões de trabalhadores no desemprego e da crítica incapacidade de partidos e movimentos de mobilizar seus militantes frente a uma feroz ofensiva dos golpistas contra direitos conquistados nas últimas décadas; soma-se a esse quadro já complexo, o jornalismo de combate adotado pela generalidade da mídia convencional, com as exceções de praxe, e das redes sociais contra tudo que se possa definir como “*esquerda*” e teremos como resultado o que Paulo Arantes definiu, ao analisar o pleito de 2018, em uma frase: “*Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade*”.

II.

Diante do insólito desempenho do governo que tomou posse há pouco mais de dois meses, haverá diferentes modos, estilos e perspectivas de resistir a ele. Podemos começar pela resistência da família Marinho e da Rede Globo de Televisão à perda do *Bonus de Volume (BV)*; está em curso uma resistência da Folha de S. Paulo ameaçada de extinção pelo próprio presidente eleito; e, contrastando com o silêncio ansioso e cúmplice observado durante a campanha de 2018, lemos hoje indignados editoriais do Estadão, espinafrando a incompetência, a

ignorância, a grosseria e a postura indecorosa do presidente. Salvo o compromisso com a Reforma da Previdência...

Haverá uma resistência parlamentar da parte do aglomerado fisiológico de direita que prefere se auto-definir como *Centrão*, fortemente alojado na base do governo para defender os interesses de sua clientela; fora do parlamento e, com outra qualidade, uma resistência dos liberais, defensores do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos que lançaram há poucos dias a *Comissão Arns*, instrumento promissor no combate às arbitrariedades presentes, implícitas nos gestos do governo, quando não anunciadas aos quatro ventos pelos *posts* dos filhos do capitão.

Não se pode afirmar, em sã consciência, que os diversos perfis de resistência enumerados acima tenham a ver com o que nos habituamos a definir historicamente como *esquerda*. Até aqui nos encontramos no campo das forças que trabalham com “*o normal funcionamento das instituições*”.

A resistência parlamentar apresentada pelas esquerdas, centrada na denúncia quotidiana do espetáculo circense em que se converteu a cena política do país, trava seu combate em condições de isolamento e dissensões internas derivadas de definições táticas diferenciadas nesse primeiro momento de avaliar as forças de cada uma das siglas para dar a largada, sobretudo no âmbito da Câmara dos Deputados.

O tema central, naturalmente, trata da Reforma da Previdência, um projeto que, a rigor busca liquidar a Previdência Pública no Brasil para entrega-la ao sistema financeiro nacional e internacional. Aproximar essa resistência parlamentar de uma mobilização popular real, que já tarda, a partir das ruas, contra as pretensões do governo do capitão e a mobilização de uma campanha nacional e internacional pela liberdade de Lula são os desafios dos partidos e movimentos sociais dos assalariados. Estabelecer um forte vínculo entre essas duas frentes produzirá

um novo caráter – *de esquerda* – às denúncias e propostas das bancadas no âmbito parlamentar e aos atos e manifestações dos sindicatos, centrais e movimentos populares que vierem das ruas.

III.

O Brasil é um país governável com essa institucionalidade?

Há poucos meses numa entrevista divulgada por esta Carta Maior, o pensador marxista, professor Paulo Arantes, advertia com sua contundente lucidez: *“A encrenca brasileira é essa: abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil. O que nós temos agora é um comportamento destrutivo da classe dominante brasileira que está apostando todas as fichas em tirar suas castanhas do fogo com o braço da delinquência fascista.”*

Para destruir Lula e o PT, ela não hesitou em tentar conduzir ao colapso todo o sistema político ancorado na Constituição de 88 e, diante do insucesso dos seus candidatos preferidos, apostou na “delinquência fascista” do capitão para evitar o retorno de um projeto reformista liderado *pelas esquerdas* ao governo. *“Com esse movimento nos deram uma lição: algo mudou no país, a política não se reduz à disputa de modelos de gestão como fizeram o PSDB e PT nas últimas décadas, nesse momento a política renasce como luta.”* A luta real pelo poder não segue regras estabelecidas. Faz as suas próprias regras. É o que está fazendo – e dizendo – a extrema-direita às *esquerdas* brasileiras, à sociedade brasileira.

Para elas – as *esquerdas* brasileiras – não é simples se desvencilhar da condição de ser parte constitutiva do “*sistema*”, como apregoou o capitão durante a campanha, para afirmar seu discurso *“contra tudo isso que está aí”*. Aos olhos da sociedade, as *esquerdas* vinham de quatro vitórias

eleitorais sucessivas e com numerosa bancada parlamentar em todas elas, portanto, eram sim parte de um “*sistema*” que desejava rejeitar.

O nome do problema: o prazo de validade da algaravia proposta ao país pela extrema-direita é curto. Incapaz de conduzir as mais singelas operações do expediente diário de governo, lança mão dos setores neoliberais alfabetizados para dar conta de uma tarefa que não conhece e não domina. A comédia de erros encenada nos primeiros sessenta dias não recomenda otimismo sobre a sempre sonhada “estabilidade” capaz de assegurar um ambiente sadio para os negócios, atrair investimentos, fazer rodar satisfatoriamente a economia e gerar retorno ao capital. O capitão caminha para uma situação singular: se não entrega a liquidação da Previdência Pública será descartado. Se entrega, também. Terá cumprido seu papel. Aos olhos do patronato – bancos, agronegócio, mídia corporativa, etc – passou a ser um estorvo para seu próprio governo...

IV.

Como as esquerdas lidam com o fenômeno da expansão dos evangélicos fundamentalistas na base da sociedade? As *esquerdas brasileiras* na sua prática diária, ainda não se deram conta de que está em curso uma contrarrevolução cultural na base da sociedade brasileira: o Brasil deixou de ser um país de maioria católica nos seus extratos sociais mais pobres. E quem substituiu a tradicional presença católica na periferia das grandes cidades foram as confissões evangélicas, não foram as esquerdas. Estas se afastaram dos bairros pobres quando foram sugadas para as instâncias de gestão das políticas públicas dos governos Lula e Dilma.

A legião de pobres, particularmente na periferia das grandes metrópoles, está entregue há décadas à pregação

fundamentalista de pastores que se espelham em tipos como Macedo e Malafaia e convivem no cotidiano dos desvalidos, dos excluídos de qualquer ação protetiva do estado. Famílias, em geral, acossadas de um lado pelo crime – particularmente o tráfico de entorpecentes – de outro pela força armada das milícias ou do Estado.

A pregação fundamentalista da conhecida Teologia da Prosperidade, se constitui num poderoso estímulo aos valores centrados na afirmação da fé do indivíduo e sua relação direta com o criador para alcançar a salvação e na negação de qualquer ação coletiva emancipadora, o que reduz aquela imensa massa de trabalhadores, sobrevivendo no desemprego ou no subemprego, carentes material e espiritualmente a uma espécie de menoridade perpétua, infantilizados diante dos conflitos do mundo e sempre à espera da palavra salvadora do pastor que os conduz.

Para que prospere um projeto de esquerda democrático capaz de fazer a disputa dos corações e mentes dessa legião, é indispensável identificar e trazer para o estudo e o debate a economia política que move o comércio da fé no Brasil. Quais são as cadeias produtivas dominantes, quais as secundárias, quais são os ramos onde estão presentes no comércio, nos serviços. Como operam a acumulação ampliada dos recursos amealhados a partir dos donativos arrecadados em cada culto das mãos de milhões de fiéis, depositados de boa fé na sacolinha dos pastores.

Mas é igualmente importante debruçar-se sobre o discurso que elabora a metódica construção do imaginário, dos valores cultivados em cada atividade que os agrega na condição de rebanho – porque essa é muitas vezes a única atividade que os agrega em algo compartilhado com outros da mesma sorte – e conduz esses excluídos a uma atitude de submissão e conformismo diante da vida.

V.

É possível dizer, sem cometer injustiças, que as *esquerdas* que emergiram no Brasil no final dos anos 70 resultaram do encontro de dois fatores que definiram seu perfil e seu fôlego na disputa pela hegemonia na sociedade: o vigor do movimento operário fruto de uma industrialização tardia, concentrado sobretudo no ABC paulista, mas já atuante em outras regiões do país; e as ideias socialistas que germinaram na resistência ao controle repressivo do regime militar sobre os sindicatos e organizações políticas que combatiam os generais de dentro das prisões, das escolas e centros de pesquisa ou mesmo do exílio.

A cultura oligárquica predominante no fazer político do país, profundamente impregnada nas estruturas – e no exercício burocrático – do poder de estado, desde suas instâncias mais simples nas vilas e nos municípios, nos cartórios, nos postos de serviços públicos mais remotos opõe uma surda resistência a todo impulso renovador, a tudo que pretenda retirá-la de sua secular paralisia... Esse “conservantismo” cultural, como certas aranhas, envolvem o impulso transformador no seu casulo para devorá-lo silenciosamente, quotidianamente ou convertê-lo em sua imagem e semelhança.

A combatividade *das esquerdas* que emergiram e deram um impulso mais amplo e generoso ao processo que derrotou a ditadura e ampliou os horizontes da reconstrução democrática não se converteu, com o tempo, numa elaboração ideológica mais clara, menos ingênua sobre o conteúdo de classe do complexo jogo de interesses sociais que afastou os generais do poder.

As *esquerdas* não consolidaram no Brasil uma cultura política impregnada pelos valores democráticos, republicanos ou

socialistas. Cabe a pergunta: que lugar ocupa a questão do socialismo no discurso e na ação *das esquerdas* brasileiras? Temos um significativo e heterogêneo campo onde convivem uma diversidade de concepções sobre os desafios contemporâneos do mundo: o valor da democracia e da república, da defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a questão racial numa cultura herdada de trezentos anos de escravidão, a cultura patriarcal reproduzida nas instituições das próprias *esquerdas*, o desafio da convivência civilizada com a diversidade sexual, de direitos individuais ou coletivos e outras, desprovidas de uma elaboração programática de que lhes dê sentido e capacidade de convocação social para ação.

Em tempos de ofensiva da direita, em escala mundial, é indispensável aos diversos matizes das forças que a ela se opõem, a lucidez necessária para agregar em torno de objetivos práticos comuns todo o potencial mobilizador dos setores sociais que já percebem os desdobramentos da ingovernabilidade em que foi lançado o país e suas consequências para os setores da base da sociedade, para a democracia – hoje sob tutela militar – e o Estado de Direito.

Finalizo essa primeira contribuição ao debate proposto por Carta Maior, sobre “*O que é ser de esquerda?*” no Brasil de hoje, no aniversário do assassinato de Marielle Franco. O país se vê diante da captura dos supostos assassinos e de uma nova etapa em busca da elucidação dos vínculos com as milícias e seu entorno e da identificação dos mandantes. O delegado encarregado das investigações, porém, anuncia candidamente tratar-se de um crime de ódio. Aparentemente, em 2019, estamos assistindo a uma nova edição da tentativa constrangedora, a cargo do Cel. Job Lorena de Santana, de explicar o inexplicável ao país: o atentado do Riocentro, em 1981.

Recupero a frase marcante do “moderantíssimo” Norberto Bobbio, no prefácio ao “Direita e Esquerda” :

“Mas enquanto existirem homens (e mulheres como Marielle, agrego) cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento diante das iniquidades das sociedades contemporâneas – hoje talvez menos do que em épocas passadas, mas bem mais visíveis – eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história.” (N. Bobbio, prefácio a “Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política” 1994). Voltarei ao tema da identidade das esquerdas, em breve.

***Pedro Tierra é Poeta.** Ex-Presidente da Fundação Perseu Abramo

∴ Para ler todos os textos do debate "O que é ser de esquerda?", acesse a página especial

<https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/Debates-o-que-e-ser-de-Esquerda-/233>

[VEJA O QUE É SER DE DIREITA](#)

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-e-ser-de-direita/4/43887>